

Desequilíbrio dos Estados foi a Cr\$ 4,4 bilhões no ano passado

por Aloysio Santos
de Brasília

A Nação gasta Cr\$ 120 bilhões com o funcionalismo da União e Cr\$ 150 bilhões com o pagamento da administração estadual. No total, quase Cr\$ 300 bilhões para movimentar a máquina que apresenta, no ano passado, déficits generalizados em todas as regiões, à exceção da região Sul.

Em 1978, os Estados acumularam um déficit orçamentário no total de Cr\$ 4,4 bilhões, sendo que apenas os Estados da região Sul conseguiram um superávit de Cr\$ 1,5 bilhão, graças, fundamentalmente, à performance de Santa Catarina, cujo superávit foi de Cr\$ 1 bilhão.

Para este ano, a situação apresenta-se ainda mais dramática, do ponto de vista da administração financeira, quando se verifica que 60% da arrecadação dos Estados da região Centro-Oeste e 50% da arrecadação das regiões Nordeste e Sul já são dívidas. Quando se verifica, em termos nacionais, que 63% do ICM já está comprometido com o pagamento do funcionalismo (95% na região Centro-Oeste e 123% em parte do Nordeste), pode-se facilmente chegar à conclusão de que, neste momento, a situação da maioria dos Estados brasileiros é realmente pré-falimentar, conforme disse a este jornal um importante assessor do Ministério da Fazenda, e que pode ser exatamente verificado na tabela.

DESCONHECIMENTO

No entanto, uma das maiores dificuldades enfrentadas atualmente pelo Ministério

da Fazenda, para minorar a situação dos municípios brasileiros, é que o próprio governo desconhece a situação dos mais pobres. O Ministério da Fazenda, por exemplo, não tem a menor condição de responder quais são os dez municípios mais pobres do Brasil.

O governo dispõe de dados estatísticos que permitem identificar os municípios mais ricos, com maior quantidade de recursos, mas não dispõe de um mínimo de informações acerca de 500 dos 4 mil municípios do País, que não fornecem informações ao governo porque são mais pobres e alguns nem mesmo sa-

bem "a quantas andam", conforme afirmou o assessor.

Segundo ele, o que acontece é que o governo acaba ajudando os mais ricos, em detrimento dos mais pobres, porque não consegue avaliar ou mesmo dispor de informações. Esse problema, aliado à sonegação de tributos, com a guerra de isenções que os próprios Estados e municípios vivem praticando, mais a incapacidade administrativa, é que, segundo aquela fonte, faz com que o Brasil gaste quase US\$ 8 bilhões para operar uma máquina administrativa que deixou, no ano passado, a maio-

ria das finanças estaduais na bancarota.

INSUFICIÊNCIAS

Para aquela fonte do governo, a situação agora é de cobertor curto: se cobrir um lado, descobre o outro. É preciso ajudar os Estados, mas os orçamentos estão sendo congelados, a crise do petróleo impõe reciclagens e gastos que agravam o balanço de pagamentos e a dívida externa. Esse o quadro que, segundo o técnico, teria levado o ministro da Fazenda, Karllos Rischbieter, em tom de brincadeira, a dizer que nem só os Estados seriam inviáveis, neste momento.

Do ponto de vista de uma solução de longo prazo, disse aquela fonte que a desvinculação dos fundos de transferência foi uma medida salutar para Estados e municípios, mas a sua recomendação fundamental é a de que os Estados estimulem suas receitas e racionalizem mais suas despesas e, neste momento, parem de investir, aplicando recursos apenas em obras racionais e indispensáveis. O governo, para ajudá-los, já teria firmado um consenso de que o imposto sobre heranças, em estudos, seja passado para os Estados, como forma de fortalecer suas finanças.

O mais grave, segundo a fonte, é que o baixo nível de arrecadação do ICM em Estados do Norte/Nordeste e do Centro-Oeste se deve ao elevado nível de sonegação, devido à maior interferência das forças e interesses locais. Mas ele admite que, em alguns casos, é conveniente deixar que algumas empresas realmente soneguem, para transformar a sua dívida em capital de giro. "Se a gente for cobrar, estas empresas fecham e o problema torna-se mais grave."

BRASIL DADOS SOBRE AS FINANÇAS DOS ESTADOS 1978/79 REGIÕES/BRASIL							
Em Cr\$ 1.000,00							
Discriminação	Região	Região Nordeste (I)	Região Nordeste (II)	Região Sudeste	Região Sul	Região Sudeste/Centro-Oeste	BRASIL
Receita total arrecadada 1978	3.942.001	14.545.519	28.644.088	172.299.771	48.617.873	26.362.164	294.411.416
Déficit/Superávit 1978	-67.690	-694.623	-735	-3.252.237	1.501.841	-1.898.032	-4.411.476
Receita prevista 1979	10.567.446	26.991.5	7.801.442	258.423.126	63.914.576	30.986.583	438.684.711
Receitas correntes	7.187.356	14.482.943	31.754.027	207.365.462	51.988.059	15.566.334	328.344.181
ICM-80% Estado	3.334.495	6.770.120	18.254.400	161.591.584	33.435.600	10.675.645	236.061.844
Receitas Capital	3.380.090	6.925.146	16.047.415	51.057.664	11.926.517	7.542.929	96.879.761
Despesa fixada 1979	10.567.446	26.501.589	47.801.442	258.423.126	66.083.676	30.986.583	440.363.862
Despesas correntes	6.230.693	15.004.315	31.279.553	185.415.926	39.415.068	17.176.984	294.522.539
Pessoal	2.854.882	8.346.273	12.099.596	95.231.196	19.005.648	10.163.729	147.701.324
Reserva contingência	350.000	912.519	2.056.400	9.210.670	4.756.000	1.386.694	18.672.283
Despesas capital	3.903.954	11.074.705	15.949.489	68.796.530	22.612.429	12.322.905	134.060.012
Saldo operações antecipação receita	—	546.545	878.135	369.000	3.990.714	1.740.821	7.525.215
Total dívida flutuante	293.166	2.357.792	1.840.252	6.350.507	8.364.561	8.021.957	27.228.235
Total dívida fundada	3.025.517	4.983.248	14.240.515	53.531.171	23.643.062	15.942.070	115.365.577
Interna	1.950.628	4.380.655	11.709.149	38.746.502	13.910.636	10.816.163	81.513.733
Externa	1.074.883	602.593	2.531.366	14.784.669	9.733.426	5.125.907	33.852.844

OBS: Região Norte — Receita arrecadada 1978, inclusive Pará.
Região Nordeste I — Receitas correntes e capital exclusive R. G. Norte.
Região Sudeste/Centro-Oeste — Receitas correntes e capital exclusive Goiás.